

# Retração do mercado interno reduz expansão do PIB

A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está sinalizando para uma provável estagnação no crescimento da economia brasileira neste ano. Estudos ainda preliminares, já antecipados por este jornal em sua edição de ontem, que vêm sendo desenvolvidos por economistas da Fundação, apontam para uma queda da ordem de 1% na produção industrial — ela é responsável por 39% na formação do Produto Interno Bruto (PIB) —, a primeira a ocorrer desde o recessivo ano de 1983, quando a produção despencou para negativos 5,24%.

A outra vertente que poderia inocular ânimo para que os resultados econômicos fossem mais satisfatórios — o setor agropecuário — não terá nenhuma influência positiva devido à metodologia utilizada para o cálculo do PIB. A ponderação da agropecuária no Produto — seu peso é da ordem de 10% — é feita com base na produção física e nos preços anotados pelo Censo de 1980, e não pelas cotações correntes em cada ano de comercialização.

Com base nessas premissas, estima-se que o PIB possa variar, ao final do ano, de uma queda de 1,5% a um crescimento de 1,5%. Mesmo que ocorra o segundo caso, condicionado, porém, a uma vigorosa recuperação da indústria brasileira — nos quatro primeiros meses deste ano a produção industrial caiu 6,3% sobre o primeiro quadrimestre de 1987 —, a expansão do PIB ficará abaixo dos 2,9% do ano passado e da metade de 2% acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

É importante ressaltar, no entanto, que o declínio na produção industrial não tem sido mais acelerado devido aos saudáveis superávits da balança comercial. Setores voltados, em grande escala, para o mercado externo, têm conseguido frear essa curva descendente. E os exemplos proliferam: ferro-gusa, celulose, alumínio, veículos, suco de laranja, entre outros. Na outra ponta, o reverso da medalha. A retração do mercado interno e o baixo nível de investimentos são espelhados na queda de produção dos setores de bens

de capital, vestuário, material de transporte, alimentos e metalúrgico.

Neste início de segundo semestre parecem, portanto, restar poucas dúvidas de que a economia brasileira possa reverter a tendência que se esboça de estagnação. O impulso dos chamados setores exportadores não se tem mostrado eficaz o suficiente para compensar a queda no consumo do mercado interno, gerada pela perda do poder aquisitivo dos assalariados e agravada com a suspensão do pagamento da URP ao setor público, achatando a massa salarial.

Ressaltamos que apesar desses dois fatores — queda na produção industrial e redução no consumo interno — os índices de insolvência e de emprego não explodiram. Até agora, nota-se relativa estabilidade no nível de emprego e na capacidade de pagamento das empresas. Isso pode ser explicado pela racionalização que as empresas passaram a imprimir a seus negócios, após o fracasso do Plano Cruzado, encolhendo os

seus quadros e operando com uma estrutura mais enxuta e com maior grau de produtividade.

A reversão desse quadro para um crescimento mais robusto do PIB no próximo ano está ancorada, em nossa opinião, na retomada dos investimentos externos no País e na finalização dos trabalhos do segundo turno da Assembleia Nacional Constituinte. No primeiro caso, com o fechamento do acordo com os bancos credores, na programação do balanço de pagamentos que o governo divulgou na última sexta-feira, junto com a carta de intenções ao Fundo Monetário Internacional (FMI), as autoridades estão prevendo US\$ 3,32 bilhões de investimentos diretos (inclui conversão) do exterior no Brasil: mais de US\$ 1 bilhão acima dos recordes de entrada de recursos externos conseguidos nos anos 70. No segundo caso, decisões impensadas e pouco racionais que possam ser ratificadas no segundo turno da Constituinte podem afugentar o capital externo, elevar a inflação e encolher ainda mais o mercado interno.